



DISPERSÃO URBANA E OCUPAÇÕES PRECÁRIAS: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA “AGROVILA” CALÚCIA EM CASTANHAL/PA

Kelly Virginia Santos do Vale
UEPA
kellyvale333@gmail.com

Willame de Oliveira Ribeiro
UEPA
Willame.geo@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a produção do espaço na “agrovila” Calúcia e o papel que ela desenvolve no âmbito da expansão urbana de Castanhal, no Estado do Pará, bem como o tipo de relação mantida com as ocupações próximas. Os procedimentos metodológicos realizados consistiram em revisão bibliográfica; levantamento documental; abordagem exploratória da área de estudo, com coleta de dados por meio da observação dirigida; realização de entrevistas semiestruturadas com moradores da Calúcia e com gestores públicos. Mediante a análise dos dados coletados se verificou que este espaço, mesmo mantendo certos conteúdos ligados ao campo, tem evidenciado a lógica da dispersão urbana, servindo de moradia para grupos sociais precariamente incluídos, aos quais foi negado o direito à cidade.

Palavras-chave: produção do espaço; dispersão urbana; ocupações precárias.

GT – 7: Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Castanhal, a mais influente do nordeste do Pará e que dá nome e realidade tanto a uma região geográfica imediata quanto intermediária (IBGE, 2017), tem apresentado significativo crescimento populacional e de seu espaço urbano nas últimas décadas. Diversos empreendimentos imobiliários do Programa Minha Casa Minha Vida, assim como de promotores privados, sob o formato de loteamentos e condomínios horizontais fechados, têm sido produzidos nas bordas da cidade (CARRERA et al., 2019), o que tem impedido o surgimento de novas ocupações precárias nesses locais. Por conta disso, os grupos sociais precariamente incluídos¹ tem se deslocado para áreas cada vez mais distantes do centro da cidade, muitas vezes descontínuas à malha urbana, fornecendo também um caráter disperso ao processo de expansão urbana.

A insuficiência dos meios de acesso à terra e à moradia, seja através do mercado, seja pela via das políticas públicas, reforça a precariedade habitacional das camadas menos abastadas da sociedade. O Ministério das Cidades denomina como assentamentos precários o conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, tais como, cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados, bem como os conjuntos habitacionais degradados (BRASIL, 2010), intensamente marcados pela precariedade das condições de vida da população de baixa renda residente.

A produção de ocupações precárias dispersas da malha urbana da cidade é objeto deste trabalho, que parte da análise da “Agrovila” Calúcia, localizada no eixo da PA-320, no município de Castanhal/PA, a nordeste da malha urbana da cidade. Esta tem desempenhado papel significativo na expansão urbana de Castanhal mediante a ação de grupos sociais precariamente incluídos.

O objetivo principal deste trabalho é analisar a produção do espaço urbano na “agrovila” Calúcia e o seu papel no âmbito da dispersão urbana de Castanhal. Assim como, buscar reconhecer as principais características socioespaciais da Calúcia, a intensidade e a natureza da expansão do espaço produzido; verificar a natureza das atividades econômicas desenvolvidas pela população residente; e entender o papel desempenhado pela Calúcia com relação às novas áreas de ocupações precárias próximas.

¹ Terminologia desenvolvida a partir da definição de Corrêa (1989) a respeito dos grupos sociais excluídos enquanto agentes modeladores do espaço urbano e da ressalva a essa nomenclatura com base na noção de inclusão precária presente em Martins (1997).

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa dividem-se em duas fases. A primeira dedicou-se à fundamentação teórica referente aos principais conceitos e discussões inerentes à problemática deste trabalho, tais como: produção do espaço, dispersão urbana, ocupações precárias e processos socioespaciais. Foram realizados levantamentos documentais sobre a formação da “agrovila” Calúcia e os assentamentos adjacentes por meio de visitas a: PMC - Prefeitura Municipal de Castanhal e a Secretaria Municipal de Habitação de Castanhal. Esta fase também contou com a realização de trabalhos de campo de caráter exploratório voltados à coleta de dados por meio da observação dirigida, levantamentos fotográficos da área de estudo e ao contato com os sujeitos envolvidos na problemática desse trabalho afim de resgatar elementos do processo de formação da Calúcia.

A segunda fase, dedicou-se à coleta direta de dados em campo a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com 24 residentes na “agrovila” Calúcia em abril de 2019. O roteiro de entrevista contou com 12 questões semiestruturadas destinadas à identificação do perfil socioeconômico dos moradores, assim como à percepção destes acerca das características socioespaciais da “agrovila”, sua relação com a cidade e os assentamentos próximos. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas mediante assinatura do termo de consentimento.

O presente artigo está estruturado em cinco seções, além deste tópico introdutório e das considerações finais. As três primeiras seções tratam de uma breve discussão teórica sobre: processo de dispersão urbana; precariedade da moradia dos grupos sociais precariamente incluídos e o direito à cidade; relação cidade e campo. A quarta seção apresenta uma caracterização do recorte empírico em estudo. A quinta e última seção promove uma análise da “agrovila” Calúcia sob a perspectiva da dispersão urbana e suas articulações com Castanhal.

2 EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO E DISPERSÃO URBANA

A cidade, entendida como espaço socialmente produzido, guarda em seu cerne as marcas históricas de processos produtivos desenvolvidos ao longo do tempo. Nas palavras de Carlos (2011, p. 68) o espaço produzido pela sociedade revela profundas contradições, entre “[...] um processo de produção que é socializado, e a apropriação do espaço, que é privada. Portanto, o espaço se produz, produzindo os conflitos latentes de uma sociedade fundada na desigualdade.”

Para Corrêa (1989) o espaço urbano constitui-se, numa primeira aproximação, enquanto um conjunto de formas distintas de uso da terra justapostos entre si. Estes diferentes usos definem

áreas específicas da cidade, como o centro e a periferia, por exemplo. Apresenta-se, simultaneamente, enquanto fragmentado e articulado, à medida que cada parte deste mantém relações com as demais, ainda que em diferentes níveis. Sua produção é resultado da ação de agentes sociais concretos e do movimento de reprodução da própria sociedade. Estes agentes são identificados por Corrêa (1989, p. 44) como: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos. Portanto, a cidade contém agentes sociais diversos, cujas ações diferenciam-se de acordo com o tempo e espaço em que se encontram, atendendo ou criando demandas sociais. As estratégias e práticas desenvolvidas por estes resultam em formas distintas de organização do espaço urbano.

As disparidades na objetivação do solo, que o torna propriedade passível de ser apropriada através do sistema de compra e venda, constrói a estrutura das cidades, com espaços pré-definidos para cada segmento da sociedade. A dispersão urbana rompe a continuidade do território e forma espaços vazios, é a expressão do fracionamento da cidade (CATALÃO, 2015). Estes novos espaços que estão fisicamente separados da malha urbana da cidade por conta da descontinuidade das habitações, entretanto, apresenta algumas características típicas das áreas urbanas e fortes relações espaciais com o centro da cidade. Deste modo, segundo Sposito (2004, p. 204), a descontinuidade territorial é possível porque a continuidade espacial se intensifica por meio da ampliação da infraestrutura de circulação e comunicação e pela difusão do acesso aos equipamentos que possibilitam os deslocamentos e os contatos.

Contudo, dispersão e concentração compõem um par dialético, de acordo com Chatel e Sposito (2015). E, por mais contraditório que possa aparentar ser, estas duas dinâmicas fazem parte de um mesmo processo “[...] o que mostra não apenas que as áreas urbanas são menos compactas do que no passado [...], mas também são compostas de uma combinação entre setores de alta concentração, setores de baixa concentração e vazios urbanos.” (pp. 119 - 120).

Para Botelho (2012, p. 307) a dispersão urbana se apresenta sob dois contextos sociais e econômicos distintos: pode significar para os mais ricos a reclusão em condomínios murados; enquanto para os mais pobres, significa morar em casas autoconstruídas em loteamentos geralmente irregulares, sem infraestrutura e equipamentos adequados, distantes das opções de emprego, consumo e lazer. Deste modo, a dispersão urbana pode estar associada a classes sociais distintas, movidas por necessidades ou demandas que são contraditórias entre si, promovendo diferentes formas de apropriação e vivência do espaço.

Essa característica de ocupações de áreas periféricas ou descontínuas, em alguns casos, ocorre devido ao alto custo do solo urbano, impossibilitando o acesso à habitação às camadas menos abastadas da sociedade. Estas, por sua vez, passam a buscar outros espaços onde a aquisição de terra e habitação sejam mais acessíveis, possibilitando sua reprodução social. A expansão do espaço urbano para além da cidade aponta o surgimento de novos conteúdos às periferias da cidade e aos espaços rurais situados nos limites de transição rural-urbana, como aponta Noronha e Hespanhol (2009), em análise sobre a cidade de Jundiá.

3 OS GRUPOS SOCIAIS PRECARIAMENTE INCLUÍDOS E A PRECARIIDADE DA MORADIA

As cidades brasileiras são marcadas por diferentes formas de desigualdades sociais e espaciais, que atingem, não somente, mas, prevalentemente a vida da população menos abastada da sociedade, revelando as precárias condições de reprodução da vida as quais estão sujeitas. No tocante à problemática habitacional, Cardoso (2016) aponta que na sociedade brasileira a precariedade da moradia popular tem grande visibilidade do ponto de vista material e simbólico. Contudo, no que concerne as informações que possibilitem a quantificação ou caracterização destes espaços, observa-se, também, alto nível de precariedade, em vista do que seria necessário para a elaboração de uma política nacional para este enclave.

Dentre os fatores que condicionam a precarização das moradias das camadas mais populares da sociedade, destacam-se as problemáticas dos mecanismos de acesso à moradia. Para Cardoso (2016 p. 29), os mecanismos formais de acesso à terra e à moradia, por meio do mercado ou através de políticas públicas, sempre foram insuficientes, atendendo, somente uma parcela da população menos abastada e por meio de habitações de baixa qualidade e com escasso acesso à infraestrutura e aos equipamentos urbanos. A pobreza e a desigualdade social são elementos substanciais para o surgimento e agravamento da crise de moradias. Para Sposito (2004), um dos fatores que condicionam o crescimento das periferias “[...] é a falta de condições econômicas para essa aquisição que explica a ocupação de áreas não loteadas, gerando favelas, caracterizadas pela posse ilegal das terras ocupadas.” (p. 121).

Entretanto, como afirma Cardoso (2016), estes não são os únicos fatores existentes. A distribuição desigual da renda não deve ser pensada de forma isolada, como um único fator determinante na precarização habitacional e surgimento de assentamentos precários. A complexidade das problemáticas habitacionais, conduzida por fatores diversos, implica na busca

de outras formas de ocupação do espaço, dentre outras, uma “[...] alternativa que resta é o loteamento puro e simples: vende-se um lote de dimensão mínima em um loteamento, às vezes sem o mínimo de condições de ocupação, lote que será vendido em prestações mensais a uma pessoa de baixa renda” (CORRÊA, 1986, p. 74). Além da precariedade da infraestrutura, esses espaços, em sua maioria, ainda contam com o problema da localização distante dos centros das cidades, dificultando o acesso a serviços nele presentes.

4 URBANO/RURAL E CIDADE/CAMPO

A partir das leituras e releituras a respeito de campo e cidade, enquanto formas espaciais, e de rural e urbano, enquanto conteúdos dialeticamente associados a essas formas, têm-se chegado a múltiplos debates sobre estes conceitos e quais os nexos existentes entre eles. Embora sejam consideradas realidades distintas, o rural e o urbano são dimensões que podem coexistir num mesmo espaço. Segundo Endlich (2010, p. 13) a discussão acerca do que caracteriza o rural e o urbano percorre a história e inclui elementos que se transformam no decorrer desta.

A origem da divisão entre o rural e o urbano está vinculada às “condições políticas e sociais que permitiram a divisão socioespacial do trabalho, originando a contraposição entre rural e urbano, existem a mais de 5.500 anos, ou seja, desde a Antiguidade.” (ENDLICH, 2010, p. 11). Segundo a autora, a essência desta separação refere-se à capacidade de produção de excedentes de produtos de necessidade básica, exercida por alguns homens, possibilitando a desvinculação de outros em relação a estas atividades. Contudo, compreender, no plano de vista conceitual, a complexidade da questão cidade-campo na contemporaneidade constitui uma tarefa árdua, dada a dificuldade de diferenciar, no plano espacial, o que é cidade e o campo. Nas palavras de Sposito (2010, p. 121) o que se observa é a ampliação das áreas de transição entre cidade e campo, acarretando maior indefinição ou dificuldade de distinguir os espaços urbanos dos espaços rurais.

Neste sentido, a mesma autora adota o termo cidade/campo para expressar a superposição das formas espaciais que as compõem. Desta forma, analisar estes dois espaços sob a perspectiva de um contínuo não nega a existência de suas particularidades espaciais, tampouco significa dizer que cidade e campo não existem mais enquanto unidades espaciais diferentes. Em suma, esta proposição elucida o aumento de áreas de transição e contato entre cidade e campo que são caracterizadas pelo “[...] compartilhamento, no mesmo território ou parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de uso de solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos

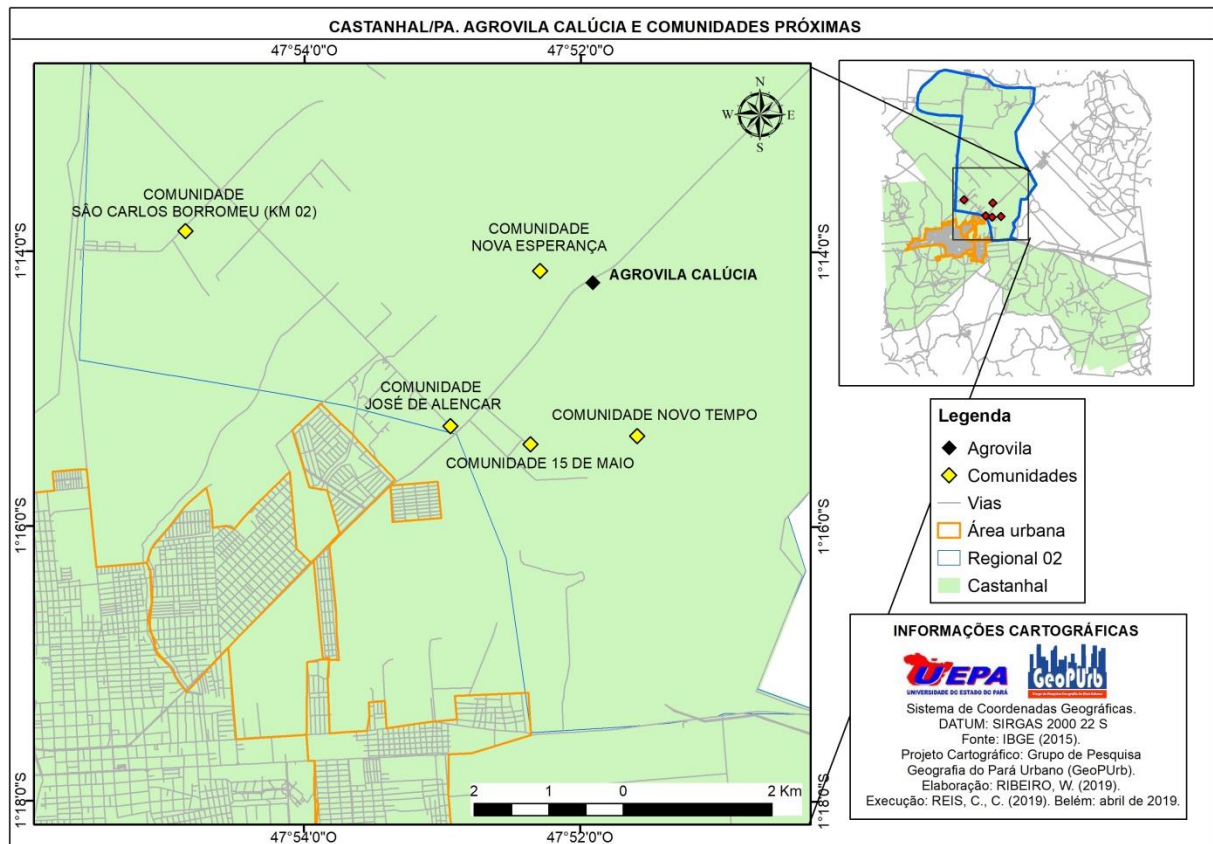
associados ao mundo rural e ao urbano” segundo (SPOSITO, 2010, p. 121). Sob esta perspectiva, as cidades crescem e transformam terras rurais em urbanas em um processo de expansão progressiva que, muitas das vezes, levam ao surgimento de descontinuidades territoriais.

5 CARACTERIZAÇÃO DA “AGROVILA” CALÚCIA

A “agrovila” Calúcia está localizada no eixo da PA-320, nordeste de Castanhal (figura 1). O processo de ocupação deste espaço ocorre, inicialmente, com um pequeno conjunto de famílias de agricultores, os Lisboa, os Valente e os Da Silva, que passaram a estabelecer laços matrimoniais formando novas famílias. Estes produziram excedentes agrícolas para Castanhal durante o período de funcionamento da EFB – Estrada de Ferro de Bragança. A retirada da EFB, em 1965, implicou em transformações na dinâmica desse espaço, tal qual relata esta moradora: “[...] quando tiraram o trem, os moradores começaram a ficar apavorados. Como eles não tinham como levar as suas mercadorias para a cidade, eles foram vendendo tudo e foram embora, por conta do medo de não ter como levar as mercadorias pra Castanhal.” (Informação verbal obtida em entrevista realizadas na Calúcia em novembro de 2018).

A construção da rodovia PA-320 facilitou o acesso à “agrovila” e contribuiu com a migração populacional para este espaço. De acordo com a Prefeitura Municipal de Castanhal, a emancipação política deste espaço se deu no dia 17 de julho de 1976, passando a ser reconhecida como Agrovila Calúcia. Segundo a Secretaria de Habitação de Castanhal, atualmente a Calúcia atende três assentamentos localizados em suas imediações: Nova Esperança; Novo Tempo e 15 de maio (figura 1).

FIGURA 1: Castanhal. Agrovila Calúcia e comunidades próximas. 2019



FONTE: Elaboração própria a partir de dados de trabalho de campo e da PMC (2018).

A figura 1 mostra como está disposto o traçado territorial da Calúcia e dos assentamentos instalados em suas proximidades, estes espaços são identificados no Diagnóstico de Castanhal 2017 (PMC, 2017), base do Plano Diretor Municipal Participativo de Castanhal de 2018, como pertencentes à zona rural do município. De acordo com o representante da Secretaria de Habitação de Castanhal, grande parte dos lotes de terra da Calúcia não é regularizada, ou seja, parcela significativa dos moradores não possui a titulação das terras que ocupam.

Com base nas informações presentes no quadro 1, pode-se inferir que parcela significativa dos entrevistados tem baixo nível de escolaridade, 46% não concluíram o ensino fundamental. Quanto à profissão, observa-se que o percentual de agricultores representa apenas 17% do total; notou-se, inclusive, a presença de indivíduos da sede municipal, que se materializam na “agrovila” através da figura dos comerciantes, representando 8% dos entrevistados. Tanto o nível escolar quanto a profissão dos moradores reflete diretamente na renda familiar, desse modo, 50% dos entrevistados possuem renda de um salário mínimo, enquanto cerca de 8% dos entrevistados sobrevivem com menos de meio salário mínimo por mês e 33% relataram não ter condições de

calcular sua renda mensal por desenvolverem trabalhos informais esporadicamente ou algum trabalho em terrenos agrícolas próximos, cuja remuneração não é regular.

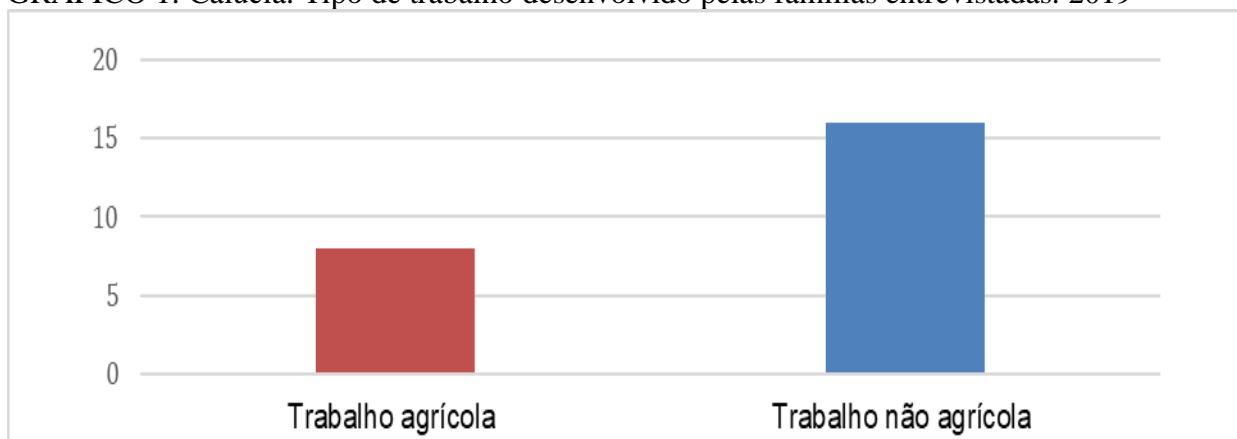
QUADRO 1: Calúcia. Escolaridade, profissão e renda dos moradores entrevistados. 2019

ESCOLARIDADE	TOTAL	PROFISSÃO	TOTAL	RENDA	TOTAL
Ensino fundamental completo e incompleto	11	Desempregados	6	Meio salário mínimo	2
Ensino médio incompleto	5	Dona de casa	11	Um salário mínimo	12
Ensino médio completo	7	Comerciantes	2	Mais de um salário mínimo	2
Ensino Superior	1	Agricultores	4	Não souberam responder	8
		Professor	1		

FONTE: Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Agrovila Calúcia – Castanhal. Abril de 2019

Nesses termos, comparando a organização econômica atual da Calúcia aquela presente em seu período de formação e consolidação, onde a principal atividade econômica era a agricultura, nota-se que esta atividade passou a ter menor expressividade na dinâmica atual da “agrovila”, como demonstra o gráfico 1.

GRÁFICO 1: Calúcia. Tipo de trabalho desenvolvido pelas famílias entrevistadas. 2019



FONTE: Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Agrovila Calúcia – Castanhal. Abril de 2019

Os dados elencados no gráfico 1 apontam mudanças no padrão de atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores da Calúcia, com destaque para a redução da agricultura como fonte de renda para as famílias da porção central da “agrovila”. Desta forma, a população da Calúcia tem buscado outros vínculos de trabalho, diferentes da prática da agricultura familiar. Entre os entrevistados foram identificadas profissões como: professor, comerciantes, vendedores

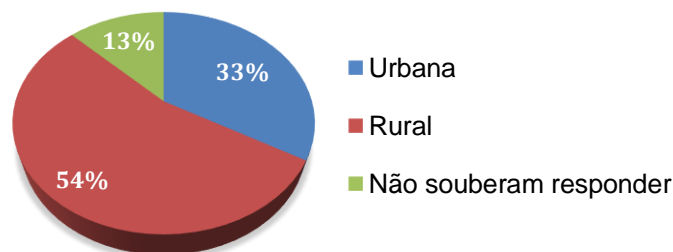
autônomos e trabalhadores do setor industrial. Ainda que este elemento por si só não seja suficiente para caracterizar o todo em questão, mas revela certo distanciamento dos moradores em relação às atividades agrícolas.

Os serviços de assistência básica que dão suporte a esta população estão concentrados na porção central da “agrovila”, contando com um posto de saúde; uma escola municipal (ambos atendem, também, os assentamentos próximos ao núcleo da “agrovila”); um ginásio poliesportivo e um posto da Polícia Militar. A Calúcia conta ainda com uma praça pública e uma sede da associação de moradores.

Segundo o levantamento realizado na “agrovila”, 83% dos moradores entrevistados disseram estar satisfeitos com os serviços de assistência básica ofertados, principalmente no que tange a assistência médica e a segurança. Já em relação aos principais problemas da Calúcia, 46% dos entrevistados não identificam problemas na “agrovila” e relatam estar satisfeitos com as estruturas e serviços ofertados. O segundo maior percentual refere-se à percepção do transporte público como um problema, citado por 21%. A justificativa está no baixo número de viagens que os ônibus realizam até a Calúcia, assim como, a falta de uma linha de transporte público que adentre as ruas da “agrovila”, o que faz com que todos os moradores da Calúcia e dos assentamentos próximos tenham que se deslocar até a PA-230 para utilizar este tipo de transporte.

Durante as entrevistas, os moradores foram questionados se consideram moradores da zona rural ou da zona urbana de Castanhal, as respostas obtidas são apresentadas no gráfico 2.

GRÁFICO 2: Calúcia. Percepção dos entrevistados acerca da condição de morador da zona rural ou da zona urbana de Castanhal. 2019



FONTE: Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Agrovila Calúcia – Castanhal. Abril de 2019.

De modo geral, as justificativas dos entrevistados que se identificaram como moradores da zona urbana de Castanhal percebem as estruturas e serviços presentes na “agrovila” como um fator que a torna semelhante aos bairros de Castanhal e evidencia que boa parte dos moradores do

núcleo da Calúcia já não trabalha com agricultura, papel que agora passa a ser cumprido pelos assentamentos. Além disso, apontam a estruturação, os serviços e comércios da “agrovila”, assim como, a mudança no modo de vida da população residente a partir da incorporação de hábitos característicos da cidade, como fatores que a tornam semelhante ao espaço urbano de Castanhal.

Quanto aos moradores que relatam pertencer à zona rural, percebe-se que poucos destes realmente possuem um modo de vida característico do rural. Tal qual se observa na justificativa de uma moradora entrevistada: “Olha, pela estrutura eu acho que parece mais com a parte urbana. Mas como já tem o nome de agrovila e o pessoal diz que é rural né?! Então acaba prevalecendo o rural mesmo.” (Informação verbal obtida em entrevista realizadas na Calúcia em abril de 2019). Neste sentido, o que se nota com maior nitidez é a presença do rural como um discurso que se mantém a partir da tradição de que aquele espaço é rural por ter suas raízes fundadas no campo, na produção de excedentes agrícolas. A percepção do entrevistado acerca do que caracterizaria a Calúcia como um espaço rural – ainda que este reconheça a existência das estruturas e serviços presentes – apoia-se na ideia de que o nome e categoria posto neste espaço no ato de sua emancipação em 1976 seja um elemento suficiente para retratar a dinâmica atual da Calúcia.

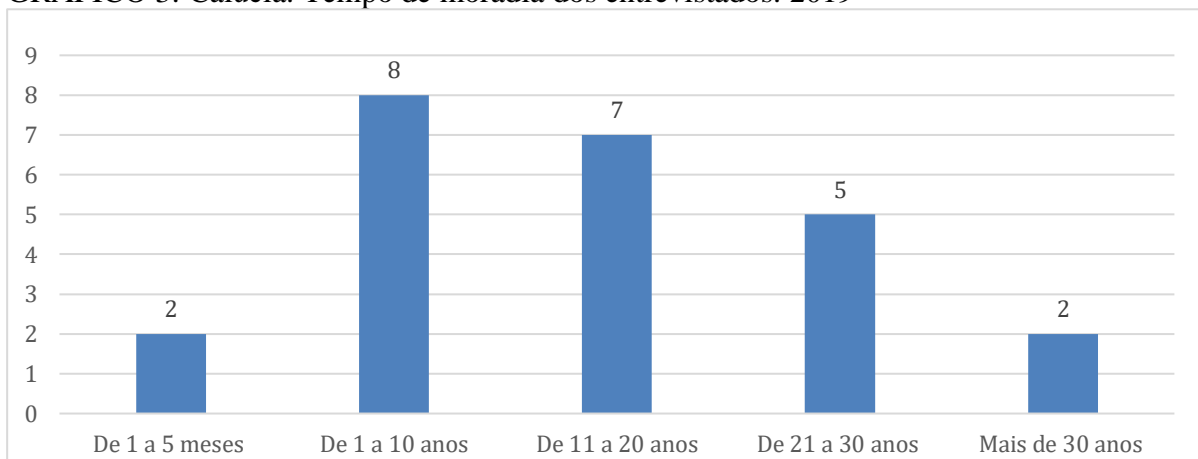
Considerando que a relação entre cidade e campo tem passado por constantes transformações ligadas às dinâmicas de acumulação do modo capitalista de produção, Lefebvre (2015, p. 74) considera que “[...] a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. [...] A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centro de decisão etc.)”. Deste modo, compreende-se que a produção do espaço da Calúcia não caminha mais em direção à afirmação do campo e do modo de vida rural, mas sim do urbano enquanto processo envolto de ações que alteram o modo de vida existente e imprimem suas marcas no espaço sob outra perspectiva, a da cidade.

6 A PRODUÇÃO DA CALÚCIA A PARTIR DA DISPERSÃO URBANA E AS ARTICULAÇÕES COM A SEDE DE CASTANHAL

A Calúcia apresenta características que a diferenciam de outros espaços ditos rurais e até mesmo em relação a outras agrovilas do município de Castanhal, seja pela relativa proximidade territorial com a sede municipal, seja pela estruturação física, econômica e social deste espaço. Tais fatores, aliados ao custo acessível dos lotes de terra e imóveis da “agrovila” – por não se tratar

de uma área contígua à cidade, apresenta menor valorização da terra – têm constituído um grande atrativo para novos moradores. A proximidade com a sede municipal, 2,5 km de distância, ainda é potencializada por sua localização às margens de um importante eixo de circulação, a PA-320. A expressividade destes novos residentes na Calúcia pode ser verificada mediante a análise do gráfico 3.

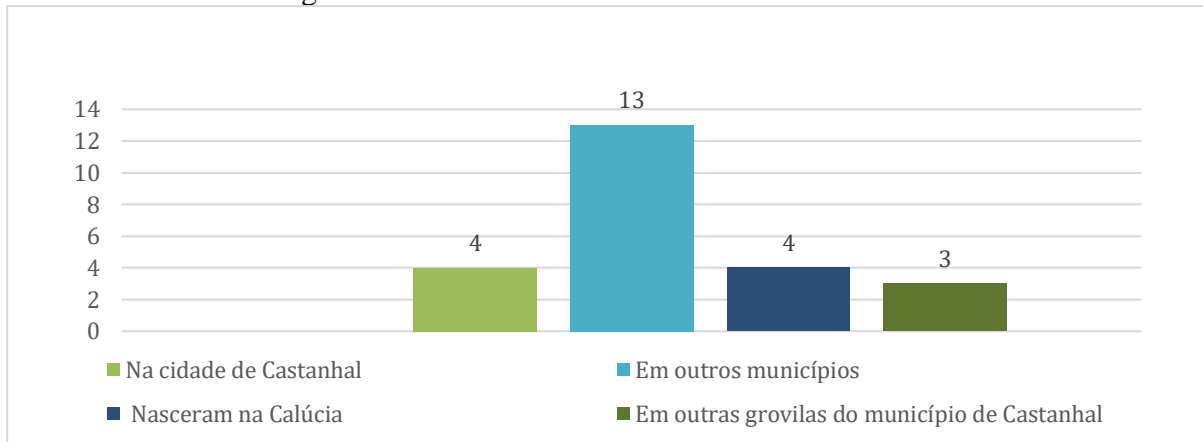
GRÁFICO 3: Calúcia. Tempo de moradia dos entrevistados. 2019



FONTE: Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Agrovila Calúcia – Castanhal. Abril de 2019

Os dados representados no gráfico 3 mostram que a Calúcia tem recebido considerável número de pessoas nos últimos anos, inclusive a poucos meses, como foi o caso de dois dos entrevistados. Parte dessa demanda por habitação tem sido absorvida, também, pelos assentamentos próximos, em especial, o Nova Esperança. Este movimento de chegada de novos moradores implica em mudanças no cotidiano dos residentes da “agrovila”, que passam a manter relações com novos sujeitos, inclusive com os oriundos dos espaços urbanos. Esta “[...] civilização urbana designa a penetração parcial dos hábitos, e dos modos de vida da cidade, no mundo rural.” (BEAUJEAU GARNIER, 1980 p. 24), ocorrendo, também, o enfraquecimento dos laços de proximidade e afetividade próprios do modo de vida rural.

Gráfico 4. Calúcia. Origem dos moradores entrevistados. 2019



FONTE: Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Agrovila Calúcia – Castanhal. Abril de 2019

Os dados do gráfico 4 mostram que a Calúcia tem recebido moradores de diversos lugares, especialmente de outros municípios, que vêm para Castanhal em busca de melhores condições de vida, trabalho, moradia e facilitação do acesso a serviços e comércio. Este movimento pode ser entendido a partir da análise de Ribeiro (2017), que compreende Castanhal enquanto uma cidade média de entorno metropolitano, que exerce importante centralidade regional, decorrente da concentração de equipamentos urbanos e potencial econômico de prestação de serviços e comércio, o que a torna atrativa a novos moradores. Contudo, as camadas menos favorecidas economicamente enfrentam certas dificuldades de acesso à habitação nesta cidade, o que implica no processo de dispersão destes sujeitos para espaços distantes, adentrando espaços rurais relativamente próximos como forma de permanecer vinculados à cidade, ainda que precariamente.

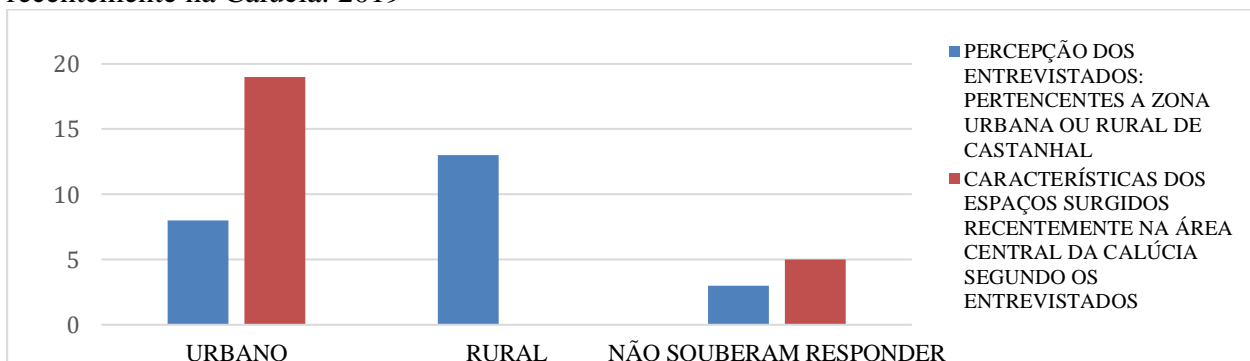
A Calúcia, entendida aqui como um espaço territorialmente descontínuo à malha urbana principal, mas que mantém fortes relações socioespaciais com a cidade, torna-se espaço de absorção das demandas por moradias de menor custo, cuja localização permite rápido acesso à sede municipal, mediante a utilização de transportes rodoviários. A presença de alguns equipamentos urbanos, serviços e comércio na Calúcia contribuem com a intensificação da produção e expansão deste espaço a partir do processo de dispersão urbana.

Observa-se que há um número significativo de pessoas que optaram pela moradia na Calúcia por conta do preço das casas; fácil acesso ao centro da cidade e pelas estruturas presentes na “agrovila”. Além disso, outra parcela dos entrevistados afirmou não ter condições financeiras de residir em outros espaços e por isso passou a morar com algum familiar que já residia na Calúcia. Contudo, a questão da moradia neste espaço também assumiu uma lógica distinta, a dos

aluguéis de imóveis, como foi relatado por dois entrevistados que haviam alugado casas na Calúcia há poucos meses. De acordo com os moradores, essa prática tem se intensificado nos últimos anos.

Portanto, a questão habitacional passou a ganhar novos significados e maior importância na Calúcia, tanto no que concerne à absorção desta população a qual foi negado o direito à cidade, quanto às novas formas dos moradores da “agrovila” extraírem renda a partir dos aluguéis. Outra alternativa tem sido a busca por moradia nos assentamentos, dos quais o Nova Esperança é o de maior destaque, visto que concentra maior número de habitantes e dispõe de extensão territorial superior aos outros dois assentamentos – Novo Tempo e 15 de maio. Nesta perspectiva, entre os moradores entrevistados, 83% consideraram que a Calúcia tem crescido significativamente nos últimos anos. As características destes novos espaços surgidos próximos a área central da “agrovila” são apresentadas no gráfico 5, juntamente com os dados sobre a percepção dos entrevistados acerca da condição de morador da zona urbana ou rural de Castanhal.

Gráfico 5: Calúcia. Comparativo entre a percepção dos entrevistados quanto à condição de morador da zona urbana ou rural de Castanhal e as características dos espaços surgidos mais recentemente na Calúcia. 2019



FONTE: Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Agrovila Calúcia – Castanhal. Abril de 2019.

O comparativo apresentado no gráfico 5 revela que a maior parte dos entrevistados identificou características urbanas nos espaços surgidos recentemente na Calúcia, de modo que, o núcleo da “agrovila” foi comparado aos bairros de Castanhal. Estas comparações não incluem apenas as características relativas aos serviços e comércios presentes na Calúcia, mas, também a crescente aglomeração de casas, sobretudo, nas principais ruas, evidenciando a intensificação do uso do solo – característica tipicamente urbana – nos últimos anos.

Mesmo diante dos novos contornos que a Calúcia tem apresentado parte dos moradores ainda reproduzem o rural enquanto um discurso, que se vincula ao passado, muito bem sintetizado na expressão agrovila. Evidentemente, este espaço ainda apresenta alguns aspectos do modo de

vida rural, porém o que se percebe com maior expressividade é a constante penetração do modo de vida urbano, influenciando a forma como os moradores se relacionam entre si e com o espaço, ou seja, através de um processo que também se materializa nas formas espaciais, na própria organização do espaço, cada vez mais semelhante à cidade. Nas palavras de Noronha e Hespanhol (2009), “[...] com a aceleração do tempo, a urbanização, enquanto movimento e processo, tende a ser predominante e não exclusiva. A sociedade caminha para ser urbana. Explicando: para um modo de vida cada vez mais urbano”. (pp. 86-87).

A imagem “A” mostra a estrutura da rua Raimundo Linhares Lisboa, paralela à PA-320, onde a concentração e a disposição das casas assemelham-se com a paisagem dos bairros periféricos de Castanhal. Nesta rua, grande parte dos serviços de assistência básica está concentrada. Contudo, a paisagem muda consideravelmente na imagem “B”, que apresenta um trecho da rua Joana D’Arc, uma das vias de acesso ao assentamento Nova Esperança, revelando o estado de conservação precário a que os moradores estão sujeitos em seu cotidiano. De acordo com os moradores, a manutenção e a ampliação deste serviço de pavimentação não têm sido realizada.

FIGURA 2: Calúcia. Paisagem das ruas Raimundo Linhares Lisboa e Joana D’Arc. 2019



FONTE: Vale, 2019.

Nestes espaços marcados pela falta de titulação de terra, a infraestrutura característica das construções apresenta aspectos de inacabada, próprio da autoconstrução realizada por grupos sociais precariamente incluídos, que, diante da indisponibilidade de terras nas bordas da cidade, passam a produzir suas habitações em espaços distantes dela, onde o custo da terra é menor.

Nesse contexto, espaços como o da Calúcia possuem um elemento a mais de reforço à precariedade se comparados com as periferias nas bordas da cidade, qual seja, o imaginário social e o discurso em torno do rural. O discurso da ruralidade acaba sendo apropriado pelo município

para justificar a precariedade desses espaços e os baixos investimentos em infraestrutura, interferindo negativamente na reprodução socioespacial destes moradores.

Ainda que as estruturas sejam precárias na maior parte da “agrovila”, a produção deste espaço continua a ocorrer sob a influência de fatores distintos: entre eles a chegada, cada vez mais frequente, de novos moradores; outro referente a mudança no padrão das atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores da Calúcia, bem como a presença de estruturas e serviços urbanos; culminado em sua transformação em espaço urbano precário e disperso.

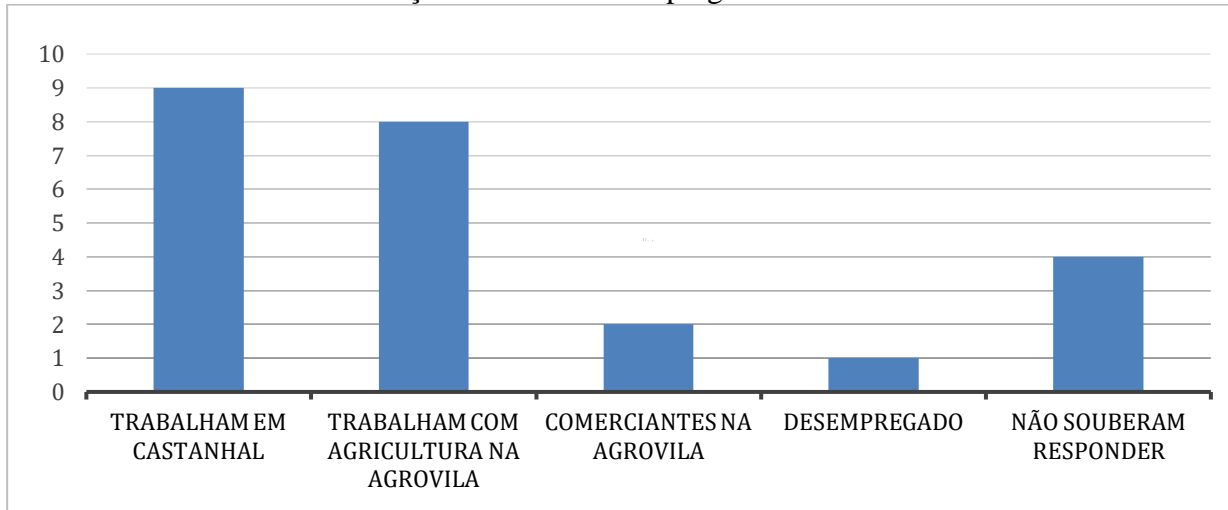
O processo de produção desta “agrovila” tem sido marcado pela presença dos eixos de circulação que exercem substancial influência sobre a articulação deste espaço com a cidade. Ao considerarmos a Calúcia enquanto espaço urbano disperso, afirmamos que ela compõe a cidade de Castanhal, mesmo estando descontínua à malha urbana principal. As relações mantidas entre os moradores da “agrovila” e a sede municipal ocorrem por diversos motivos, resultando em um intenso processo de articulação entre estes espaços que se expressa através da mobilidade de residentes da “agrovila” rumo à sede de Castanhal.

O movimento pendular dos moradores corresponde ao número de entrevistados que trabalha na cidade – este quantitativo aumenta se considerarmos a quantidade de chefes de família que trabalha em Castanhal, 9 pessoas como mostra o gráfico 6. As viagens semanais e mensais realizadas pelos entrevistados estão majoritariamente associadas à busca por serviços – especialmente serviços bancários – e comércios da cidade. A articulação da Calúcia com a sede de Castanhal, vista sob a perspectiva dos vínculos empregatícios, aponta para a intensificação das relações entre estes espaços, visto que parte significativa da população da “agrovila” não desenvolve mais trabalhos agrícolas.

A distribuição dos vínculos empregatícios dos 24 chefes de famílias representados no gráfico 6 demonstra expressivo número de moradores trabalhando na cidade de Castanhal, cerca de 9 famílias dependem da renda proveniente do trabalho assalariado desenvolvido na cidade. Assim, são evidenciadas mudanças na dinâmica espacial da “agrovila”, que passa a manter relações diferenciadas com a cidade, não apenas na condição de fornecedora de produtos agrícolas, mas também se articulando com esta através de vínculos de trabalho propriamente ditos. Tal argumento é reforçado pela origem da renda familiar dos entrevistados, onde 38% relatou que esta resulta de algum tipo de trabalho desenvolvido na cidade de Castanhal, enquanto apenas 33% provêm de atividades agrícolas realizadas na Calúcia. Além disto, os moradores também mantêm

intensa relação com os bairros de Castanhal por motivo de estudo, gerando movimento diário de estudantes da “agrovila” e dos assentamentos para a sede municipal.

GRÁFICO 6: Calúcia. Localização dos vínculos empregatícios dos moradores entrevistados. 2019



FONTE: Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Agrovila Calúcia – Castanhal. Abril de 2019.

Quanto ao comércio da Calúcia, foram identificados mercados e mercearias, pequenas lojas de vestuário, lojas de materiais de construção, armarinhos, restaurantes, bares, entre outros. Estes comércios assim como os serviços, mesmo com certo nível de precariedade, possibilitam uma centralidade a este espaço, que passa a atender não apenas os moradores da Calúcia, mas também a população que reside nos assentamentos, de modo que a “agrovila” tem funcionado como um núcleo de suporte para o crescimento destes espaços, cada vez mais articulados às estruturas da “agrovila”. Dentre os moradores entrevistados, 50% informaram realizar suas compras no comércio da “agrovila”, enquanto a outra parcela dos entrevistados acessa tanto este quanto o comércio do centro da cidade, reforçando a articulação da “agrovila” com a sede de Castanhal.

Esta articulação dos moradores da “agrovila” com a sede municipal é facilitada pela fluidez dos transportes rodoviários que os atendem. Dentre os entrevistados, 71% relataram não sentir dificuldades para chegar ao centro da cidade. Sendo que 58% dos moradores tem suas necessidades de locomoção atendidas pelo denso conjunto de transporte alternativo (micro-ônibus e vans). Estas linhas alternativas não são exclusivas da “agrovila”, apenas perpassam pela Calúcia através da PA-320 rumo à Castanhal e à capital Belém. Quanto ao transporte convencional (ônibus urbanos) nota-se alto nível de precariedade, visto que o número de veículos que fazem esta linha

é reduzido, além disso, não possuem horário regular e circulam apenas na rodovia, deixando de adentrar as ruas da “agrovila”, tampouco nos assentamentos, onde os moradores precisam se deslocar até a rodovia principal para ter acesso aos meios de transporte. No caso do Nova Esperança, isso representa um deslocamento prévio de 2 km até a rodovia PA-320 para se ter acesso ao transporte coletivo, seja ele convencional ou alternativo. Deste modo, identificou-se que 71% dos entrevistados caracterizam o transporte público como ineficiente.

Estes moradores expressaram novas demandas na “agrovila”, a de um transporte público urbano que mantenha um padrão de regularidade semelhante ao serviço prestado na cidade, com vista a suprir as necessidades de deslocamentos destas pessoas que habitam em espaços cada vez mais distantes da sede municipal e até mesmo da área central da “agrovila”, como no caso dos assentamentos, a ponto de invisibilizar suas demandas e dificultar o acesso destas pessoas ao centro da cidade, negando-se o seu direito à cidade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer as demandas sociais dos espaços resultantes da dispersão urbana a partir da ação de grupos sociais precariamente incluídos, como no caso aqui examinado, torna-se fator fundamental. A Calúcia é um exemplo de absorção de demandas habitacionais que não são atendidas pelos mecanismos de acesso à habitação na cidade, além disso, funciona como centro que atende as necessidades básicas dos moradores dos assentamentos próximos. Tal condição, em médio prazo, contribui à gradativa sobrecarga dos aparelhos de assistência básica da Calúcia, visto que o planejamento e investimento público não acompanham as demandas geradas por estas pessoas que permanecem precariamente incluídas na cidade.

A cidade de Castanhal passa a alcançar outro nível de complexidade, onde novas limitações e obstáculos são agregados à garantia do direito à cidade, principalmente a estes sujeitos que, nas bordas da cidade, mesmo em condições precárias, eram percebidos. Agora, com a dispersão, morando em áreas distantes da sede municipal, passaram a ser invisibilizados. Estas ocupações precárias são desconhecidas da maior parte dos habitantes da cidade.

A julgar pelo direito à cidade, esta realidade torna-se extremamente preocupante, visto que este processo vai além da segregação, torna os grupos sociais inexistentes para a vida na cidade. Neste sentido, garantir a visibilidade dessas realidades é de suma importância,

especialmente sob a luz do direito à cidade e da justiça espacial, com vista a contribuir para a mudança social positiva desses espaços.

8 REFERÊNCIAS

- BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
- BOTELHO, A. Capital volátil, cidade dispersa, espaço segregado: algumas notas sobre a dinâmica do urbano contemporâneo. **Cadernos Metrópole**. v. 14, n. 28, São Paulo jul./dez 2012, p. 297-315.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação (2010). **Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários**. Brasília: Ministério das Cidades. Disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br/arquivos>. Acessado em: 14/03/2019.
- CARDOSO, A. L. Assentamentos Precários no Brasil: Discutindo Conceitos. In: MORAIS, M. da P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. (editores). **Caracterização e Tipologia de Assentamentos Precários: Estudo de Caso Brasileiro**. Brasília: IPEA, 2016.
- CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARRERA, R. V. O.; CARVALHO, A. S.; SILVA, J. C. M.; VALE, K. V. S.; RIBEIRO, W. O. Lado a lado na precariedade: ocupações e empreendimentos da faixa 1 do PMCMV na cidade de Castanhal/PA. In: SILVA, C. N.; DE PAULA, C. Q.; SILVA, J. M. P. (Orgs.). **Produção espacial e dinâmicas socioambientais no Brasil setentrional**. Belém: GAPTA/UFPA, 2019. p. 207-236.
- CATALÃO, I. Dispersão urbana: apontamentos para um debate. **Cidades**, v. 12, n. 21, p.108-151, jun. 2015.
- CHATEL, C.; SPOSITO, M. E. B. Forma e expansão urbanas no Brasil: fatos e hipóteses. Primeiros resultados do banco de dados Brasipolis. **Cidades**, v. 12, n. 21, p.108-151, jun. 2015.
- CORRÊA, R. L. A Periferia Urbana. **Geosul** – Nº 2 - 2º sem. 1986.
- _____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- ENDLICH, Â. M. Perspectivas sobre o urbano e rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, pp. 11-31.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2015.
- MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- NORONHA, E. O.; HESPANHOL, R. A. M. O espaço periurbano no município de Jundiá características e tendências atuais. **Revista Formação**, n. 15, v. 1, p. 85-96, 2009.
- PMC – Prefeitura Municipal de Castanhal. **Diagnóstico de Castanhal 2017**. Castanhal: Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, 2017.
- RIBEIRO, W. O. **Interações espaciais na rede urbana do Nordeste do Pará: particularidades regionais e diferença de Bragança, Capanema e Castanhal**. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP, 2017. (Tese de Doutorado).
- SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, núm. 54, 2004, p. 114-139.



_____. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TRINDADE JÚNIOR. Pensando sobre a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. **Mercator**, Fortaleza, vol. 14, n. 4, dez. 2015, p. 93-106.